



Estratégias no Trabalho com Crianças e Adolescentes com Deficiências Através de Esportes Aquáticos Integrativos

Francisco Renato Silva Ferreira¹; Miguel Melo Ifadireó²; Marlene Menezes de Souza Teixeira³; Vanessa de Carvalho Nilo Bitu⁴; Tássia Lobato Pinheiro⁵

Resumo: O presente artigo é fruto da vivência enquanto profissional e estagiário de educação física há quase uma década, experiências estas que influenciaram a sensibilização para o trabalho com pessoas com deficiência através da natação e da hidroginástica. O despertar para a relevância do estudo se deu a partir das reuniões do Laboratório Interdisciplinar de Estudos da Violência (LIEV/ UNILEÃO), fato este que insurgiu na intensificação de leituras e amadurecimento acadêmico e na percepção da necessidade de melhoria de atividades didático-pedagógicas para facilitar o ensino e as práticas de ações de educação física adaptadas aos esportes aquáticos, o qual tornou-se o objetivo da presente investigação. A metodologia utilizada é fruto da abordagem qualitativa, revisão bibliográfica e método de procedimento de análise documental com uso da abordagem crítica dos discursos. A fundamentação teórica específica se deu a partir de estudos prévios de amplo reconhecimento pelos pares, a saber: a) o estudo sobre as dificuldades e estratégias para a inserção e melhoria do desempenho escolar de deficientes visuais de Tamires Borges (2016); b) a busca do movimento com autonomia através da natação de Márcia Greguol (2010); e c) o estudo sobre a aprendizagem da natação com crianças com deficiência visual de Catarina Marazini (2006). Os achados nos permitiram concluir que, por um lado, os termos “integração”, “inclusão” e até “infusão” de indivíduos no contexto do esporte são usados como sinônimos para pessoas com deficiência; por outro lado, se foi constatado que o termo “esportes para a integração”, no entanto, não conseguiu atingir o sentimento coletivo de inclusão e de adaptação daqueles indivíduos com deficiência; por fim, percebeu-se que o termo “atividade física adaptada” abrangeria o esporte com todos os grupos especiais, entre estes há de se inserir, as com pessoas com deficiência, doenças crônicas e outras restrições.

Palavras-chave: Pessoas com Deficiência; Esportes para Integração; Atividade Física Adaptada; Educação para a Diversidade; Interculturalidade no esporte.

¹ Graduação-licenciatura em Educação Física pelo Centro Universitário Dr. Leão Sampaio (UNILEÃO). Graduação-bacharelado em Educação Física pelo Centro de Ensino Superior de Piracanjuba EIRELI - Faculdade de Piracanjuba (FAP). Pós-graduado em Docência do Ensino Superior pelas Faculdades Integradas de Patos (FIP). Professor de desenvolvimento físico e esportivo do Sesc/Juazeiro do Norte. Pesquisador-voluntário do Laboratório Interdisciplinar de Estudos da Violência (LIEV)/UNILEÃO.

Endereço eletrônico: norf20@hotmail.com;

² Doutor em Sociologia pelo Programa de Pós-Graduação em Sociologia da Universidade Federal de Pernambuco. Professor do Mestrado Profissional em Ensino em Saúde do Centro Universitário Dr. Leão Sampaio (MePESa/UNILEÃO). Professor Assistente da Universidade de Pernambuco (UPE). Pesquisador-líder do Núcleo de Estudos em Gênero, Raça, Religiosidades, Organizações e Sustentabilidade (NEGROS/UPE). Endereço eletrônico: miguel.ifadireo@upe.br;

³ Doutora em Educação em Ciências Química da Vida e Saúde pelo Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Professora do Mestrado Profissional em Ensino em Saúde do Centro Universitário Dr. Leão Sampaio (MePESa/UNILEÃO). Professora dos cursos de Saúde do Centro Universitário Dr. Leão Sampaio (UNILEÃO).

Endereço eletrônico: marlenesouza@leaosampaio.edu.br;

⁴ Doutora em Etnobiologia e Conservação da Natureza pelo Programa de Pós-Graduação em Etnobiologia da Universidade Federal Rural de Pernambuco. Professora do Mestrado Profissional em Ensino em Saúde do Centro Universitário Dr. Leão Sampaio (MePESa/UNILEÃO). Professora dos cursos de Saúde do Centro Universitário Dr. Leão Sampaio (UNILEÃO).

Endereço eletrônico: vanessa@leaosampaio.edu.br;

⁵ Graduação-bacharelado em Psicologia pela Universidade Ceuma (UNICEUMA). Pós-graduada em Gestão de Pessoas pela Fundação Getúlio Vargas (FGV). Discente do Programa do Mestrado de Ensino em Saúde do Centro Universitário Dr. Leão Sampaio. Professora dos cursos de Psicologia, Administração e Gestão de Rh do Centro Universitário Dr. Leão Sampaio.

Endereço eletrônico: tassia@leaosampaio.edu.br.

Strategies in Working with Children and Adolescents with Disabilities Through Water Sports Integratives

Abstract: This article is the result of the experience as a professional and trainee in physical education for almost a decade, experiences that influenced the awareness of working with people with disabilities through swimming and water aerobics. Awakening to the relevance of the study came from the meetings of the Interdisciplinary Laboratory for the Study of Violence (LIEV / UNILEÃO), a fact that raised the intensification of reading and academic maturity and the perception of the need to improve didactic-pedagogical activities for facilitate the teaching and practice of physical education actions adapted to water sports, which became the objective of the present investigation. The methodology used is the result of the qualitative approach, literature review and method of document analysis procedure using the critical discourse approach. The specific theoretical foundation was based on previous studies of wide peer recognition, namely: a) the study on the difficulties and strategies for the insertion and improvement of school performance of the visually impaired by Tamires Borges (2016); b) the search for movement with autonomy through swimming by Márcia Greguol (2010); and c) the study on swimming learning with visually impaired children by Catarina Marazini (2006). The findings allowed us to conclude that, on the one hand, the terms “integration”, “inclusion” and even “infusion” of individuals in the sport context are used as synonyms for people with disabilities; On the other hand, it was found that the term “sports for integration”, however, failed to reach the collective feeling of inclusion and adaptation of those individuals with disabilities; Finally, it was realized that the term “adapted physical activity” would include sports with all special groups, including those with disabilities, chronic diseases and other restrictions.

Keywords: People with Disabilities; Sports for Integration; Adapted Physical Activity; Diversity education; Interculturality in sport.

Introdução

"Embora a parcela de brasileiros com algum tipo de deficiência seja cada vez mais expressiva, ainda poucos são aqueles que conseguem ter acesso à prática de alguma atividade física. [...] boa parte do público e dos profissionais da área da atividade física ainda carece de informações acerca das estratégias de intervenção para aprendizagem e treinamento para indivíduos com deficiência". (GREGUOL, 2010, APRESENTAÇÃO S/P.).

A problemática que alicerça este estudo encontra inspiração em três distintos momentos da minha trajetória de vida acadêmica e profissional: a primeira se foi iniciada durante o período de estudante do curso de licenciatura em Educação Física do Centro Universitário Doutor Leão Sampaio, a partir das experiências de estágio supervisionado na Associação dos Pais e Amigos dos Excepcionais (APAI) e na Escola de Ensino Fundamental e Médio Dr. Edward Teixeira Ferrer, ambas as instituições de apoio encontram-se no município de Juazeiro do Norte/CE. Assim, me deparei com a realidade de pessoas com deficiência, mais especificamente, crianças e adolescentes; em um segundo momento, já

graduado e trabalhando enquanto profissional de educação física junto à Outra Instituição Social⁶ - desde 2014 onde tenho o vínculo empregatício profissional enquanto celetista no quadro de esporte e lazer -, percebi o quanto é emergente e urgente o desenvolvimento de estudos específicos sobre esta questão; por fim, o despertar final para o presente estudo surgiu nas reuniões do Laboratório Interdisciplinar de Estudos da Violência (LIEV) e nos debates e nas discussões proferidas pelos meus professores de graduação – entre eles Miguel Melo Ifadireó, Marlene Souza Teixeira e Vanessa Nilo Bitu – os quais realizaram, por um lado, acirrados debates sobre políticas públicas inclusivas na busca de movimentos com autonomia; e por outro lado, foi possível não apenas me sensibilizar com a realidade de dificuldades e de exclusão social das pessoas com deficiência, mas também em perceber que este seria a problemática que eu deveria trabalhar no meu projeto de pesquisa do Mestrado Profissional em Ensino em Saúde (MePESa) do Centro Universitário Doutor Leão Sampaio.

O comportamento recreativo de estudantes com necessidades educacionais especiais no campo da aprendizagem dos esportes aquáticos será o objetivo particular deste estudo, visto que o conflito com o Outro e a estranheza diante da diferença fazem parte dos distintos processos sociais, sejam estes competitivos, combativos ou interativos. Em muitas áreas da vida, você pode ver que as pessoas são diferentes, uma vez que existem pessoas com diferentes crenças religiosas, matrizes étnico-raciais, identidades de gênero e pessoas com distintas formas de deficiência (visual, auditiva, intelectual, autismo, motora). A este respeito asseveram Anne Becci e Sonia Lima (2007) ao observarem que a deficiência não deve ser observada apenas sob o foco da diferença, o que impede o indivíduo de compreender e de enxergar um mundo de possibilidades que podem ser vivenciadas através de práticas da ludicidade pela educação e pelo desporto (DURAN, 2005). Pois, a ludicidade é um importante e útil instrumento para a propagação de discursos inclusivos e integrativos sobre a visibilidade e efetivação e direitos de pessoas com deficiência na sociedade (PALUMBO, 2012).

O percurso metodológico que norteia o presente estudo parte das pressuposições epistemológicas da triangulação (análise de documentos, análise de discurso e revisão de literatura) conforme acentuam por Robert Bogdan e Sari Biklen (1994). Primeiramente, se foi feita uma revisão crítica da literatura produzida desde a última década que antecedeu a virada do século XXI, entre estas o banco de teses e dissertações da Capes, o banco da Biblioteca Digital Brasileira de Teses e Dissertações (IBICT), bem como as plataformas de artigos acadêmicos e blogs especializados que abordam, por um lado, as demandas por políticas públicas em saúde com foco no cotidiano de pessoas com deficiência; e por outro lado, foram eficazes para o acesso e discussão teórico-jurídica das legislações específicas que trazem garantias de direitos e obrigações aos sujeitos partes da temática; e

⁶ Por questões profissionais e contratuais não é possível informar o nome da Instituição onde venho realizando atividades laborais de atividades físicas e esportivas por pessoas com deficiência, visto que venho me dedicando as atividades, principalmente, com crianças, adolescentes e adultos com deficiência (visual, auditiva, intelectual, autismo, motora), além de outras atividades físicas, de recreação e lazer.

por fim, se foi feito, a partir da revisão de literatura, avaliação dos distintos processos de ensino e de aprendizagem – metodologias ativas de ensino, livros e materiais didático-pedagógico tanto na seara da pedagogia (processo de formação de professores), quanto na seara da educação física (práticas pedagógicas e ações de educação física adaptada e inclusiva) à crianças, adolescentes e adultos com deficiência. Assim, se pode resumir que o presente estudo se trata de uma pesquisa com foco na abordagem qualitativa, onde o tipo de pesquisa foi exploratório-descritiva e o tipo de procedimento foi pesquisa bibliográfica sobre os distintos processos educacionais e de lazer através de esportes coletivos aquáticos (natação e hidroginástica) de pessoas com algum tipo de deficiência.

Por fim, importa destacar que este artigo tem como meta iniciar as discussões teóricas e metodológicas que alicerçaram o projeto de pesquisa para o Mestrado Profissional em Ensino em Saúde no Centro Universitário Doutor Leão Sampaio, onde terei a oportunidade de me aprofundar nas discussões temáticas e linhas de trabalho com os pesquisadores coautores deste estudo.

Definição e Desambiguações Terminológicas

Estudos prévios como os realizados por Roberto Burkhardt e Michele Escobar (1985) e por Roseli Baumel (1999), corroboram com esta perspectiva, ainda antes da virada do século XXI, quando intensificaram análises sobre as práticas pedagógicas de ensino e de aprendizagem direcionadas aos distintos processos de inclusão de estudantes com deficiência no ensino regular e nas práticas esportivas. Neste sentido percebe-se que estes estudos promoveram paradigmas da “Educação Inclusiva” e da “Educação Física Especial” que no século seguinte tornar-se-iam um dos principais objetivos das hodiernas praticas pedagógicas desportivas na promoção das habilidades e competências das pessoas com deficiências (psicomotora, cognitiva ou afetiva), respeitando a diversidade e as diferenças humanas em sociedade (BURKHARDT; ESCOBAR, 1985).

Fato importante a destacar é o desenvolvimento de políticas públicas de aceitabilidade de pessoas com deficiência que vem aumentando desde então, muito embora, as leis nos ordenamentos internos e internacionais apesar de tentarem compensar todas as desvantagens que incorrem no dia a dia das pessoas com deficiência, apesar de que estas pessoas, ainda estão longe de ter um tratamento igual em da sociedade em todas as áreas (ALEXY, 2008; ARAUJO, 2006). Estes motivos demonstram a relevância do presente estudo, o qual parte da concepção implícita de que o esporte tem habilidade para despertar o potencial social, associado à coexistência esportiva de pessoas com deficiência. Com base nisso, ressalta-se que o esporte, uma vez combinado com um efeito integrador é viável para permitir e promover a coexistência de pessoas de todas as origens, formações, classes, religiões,

identidades de gênero e étnico-raciais. (MASCARENHAS, 2005). Em particular, o esporte aqui deve ser entendido como uma plataforma na qual são dadas possibilidades especiais de processos integrativos, inclusivos e socializadores a partir da conquista de autonomia pelo movimento. (CHICON, RODRIGUES, 2013).

Esta perspectiva argumentativa baseia-se, em particular, no fato de que pessoas - crianças, adolescentes e adultos - com deficiência (visual, auditiva, intelectual e motora) ou com síndrome de down e autismo estão subrepresentadas em atividades desportivas e de lazer – escolas, clubes esportivos, associações e entidades sociais de lazer e desporto - tanto como membros quanto como voluntários ou profissionais. (RUFINO; DARIDO, 2011). Obviamente, a acessibilidade no esporte nas atividades físicas não é dada a todos da mesma maneira. Em vez disso, elas estão associadas a barreiras para algumas pessoas para além do sedentarismo, tabagismo e estresse da vida contemporânea. Além disso, as situações interculturais cotidianas nos esportes - escolas, clubes esportivos, associações e entidades sociais de lazer e desporto - nem sempre são inclusivas, mas também envolvem um grande potencial de conflito (MOSQUEIRA, 2000). Supondo que os esportes aquáticos organizados ofereçam oportunidades especiais de integração, a suposição de ganhos de plausibilidade, de que essas possibilidades não estão apenas condicionais, mas que dependem de certas condições políticas e da projeção política do tema (OLIVEIRA; PAES, 2004).

No decorrer dessa interação acadêmica, através do presente trabalho, que pretende tratar da questão e das condições entre a importância dos esportes aquáticos na facilitação e potencialização da integração de crianças e adolescentes com deficiência. Portanto, será investigado sob quais condições os esportes aquáticos podem facilitar a busca do movimento com autonomia. Por fim, salienta-se que a pesquisa bibliográfica também fornece pouco material para o processamento teórico da integração nesse campo. Acima de tudo, o setor de lazer, especialmente o setor de esportes, oferece muitas oportunidades de integração social. O lazer e os esportes aquáticos populares, com suas variadas possibilidades de interação e comunicação, são um campo de ação e ação adequado para atividades conjuntas inclusivas em busca de uma vida com movimento e autonomia (BALDISSERA, BUENO, 2012; BAHIA, 2007). Paulo Carlan, Elenor Kunz e Paulo Fensterseifer (2012) descrevem que a integração de grupos marginalizados nos esportes coletivos de quadra e aquáticos ainda é um problema vivenciado no cotidiano de muitos grupos e em outros campos de ação. Como o esporte ocorre em situações socialmente definidas, as incertezas em lidar com este grupo vulnerável específico é uma realidade que precisa ser tematizada:

[...] quando tratamos de iniciação esportiva para pessoas com deficiência, antes de tudo, devemos ter em mente que somos todos possuidores de potenciais absolutamente particulares [...]. É preciso que os profissionais que lidam com tais alunos enxerguem além da deficiência, das órteses ou próteses, consigam perceber

capacidades e potencialidades a serem desenvolvidas e, sobretudo, entendam que ser diferente não é nem melhor nem pior. (GREGUOL, 2010, p. 05).

Logo, entende-se que os esportes aquáticos de integração ainda não deixaram sua posição marginal no esporte e na ciência esportiva nacional. Dentro de uma análise crítico-integrativa se verifica que a nível nacional e regional, em termos de pesquisa de integração esta área encontra-se abandonada e ainda muito pouco abordada, nas pesquisas específicas com foco no ensino em saúde desportiva. (OLIVEIRA, PAES, 2004; MOSQUERA, 2000). Em contraste com a integração do esporte em clubes, associações ou instituições sociais, o tema da integração de pessoas com deficiência é amplamente discutido no contexto da escola. Grande parte, no entanto, pode ser transferida para a educação esportiva no tempo livre. Afinal, o objetivo de comunicar as habilidades motoras esportivas e o conhecimento de técnicas e táticas esportivas, assim como o prazer do movimento, é o mesmo da escola, estes são os principais pontos do tratamento teórico do esporte de integração de pessoas com deficiência. (ROSE JR., NICOLAI-RÉ, 2009). Neste sentido, a Organização Mundial da Saúde (OMS) sob o foco da perspectiva de funcionamento humano, define deficiência, tomando por base a Classificação Internacional de Funcionalidade, Incapacidade e Saúde (CIF) de 2005, visto que esta presunção classificatória inclui todos os aspectos da saúde funcional. Fato importante a ser destacado é que esta definição gerou muitas desambiguações entre as possíveis distinções quantitativas e qualitativas sobre a correta definição política de saúde, logo, de indivíduo saudável. Dentro de todas as tribulações sobressaltou-se a perspectiva majorante de que uma pessoa será considerada saudável e com saúde pela Organização Mundial da Saúde, quando apresentar-se:

[...]. Funcionalmente saudável, embora [...] suas funções físicas (incluindo a área mental) e as estruturas corporais correspondem às de uma pessoa saudável [...] ela faz ou pode fazer tudo o que se espera de uma pessoa sem problemas de saúde [...] eles podem desenvolver sua existência em todas as áreas da vida que são importantes para elas, da maneira e na medida esperadas de uma pessoa sem prejuízo das funções, estruturas ou atividades corporais relacionadas à saúde (conceito de participação nas áreas da vida). (WHO, 2005, p. 4).

Controvérsias embates do ativismo à parte, ressalta-se que o termo deficiência da OMS é um termo genérico para qualquer comprometimento do funcionamento de uma pessoa e, portanto, é mais abrangente do que o conceito de deficiência usado pelo senso comum. Assim, para evitar mal-entendidos, apresenta-se o conceito de deficiência da OMS⁷ e como ele vem sendo usado no setor social:

⁷ Neste sentido ver [OMS] Organização Mundial da Saúde, CIF: Classificação Internacional de Funcionalidade, Incapacidade e Saúde [Centro Colaborador da Organização Mundial da Saúde para a Família de Classificações Internacionais, org.; coordenação da tradução Cassia Maria Buchalla]. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo – EDUSP; 2003. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/rbepid/v8n2/11.pdf>. Acesso em 22 de setembro de 2019.

[...]. De acordo com esse marco conceitual, *impairment* (deficiência) é descrita como as anormalidades nos órgãos e sistemas e nas estruturas do corpo; *disability* (incapacidade) é caracterizada como as consequências da deficiência do ponto de vista do rendimento funcional, ou seja, no desempenho das atividades; *handicap* (desvantagem) reflete a adaptação do indivíduo ao meio ambiente resultante da deficiência e incapacidade. O modelo da CIDID descreve, como uma sequência linear, as condições decorrentes da doença: Doença ⇒ Deficiência ⇒ Incapacidade ⇒ Desvantagem. (FARIAS; BUCHALLA, 2005, p. 189).

Criticamente percebe-se que o conceito de deficiência deve ser entendido como qualquer desvio físico ou mental que impeça uma pessoa de viver uma vida autodeterminada e independente. (BAHIA, 2007). O termo deficiência neste trabalho deve ser equiparado às palavras desvantagem, comprometimento e disfunção. Os termos sempre se referem a todos os tipos de deficiência. Se essas são formas especiais de deficiência, isso é explicitamente mencionado. Um conceito integrativo visa reunir as pessoas com todos os tipos de deficiências. (BAUMEL, 1999). Devido à variedade de deficiências, que se sobrepõem em muitos casos, é difícil classificá-las. A classificação mais comum era a utilizada pela OMS, quando fazia separação de deficiências, tomando como base as físicas, deficiências mentais e deficiências intelectuais (síndrome de Down, e Autismo). (OMS, 2003).

A gama de deficiências sensoriais é relativamente gerenciável e é dividida em danos auditivos e deficiência visual. Além disso, é possível fazer uma distinção entre surdez e surdo-mudez (que pode ser adquirido ou não), bem como entre deficiência visual e cegueira. Para ambas as formas de comprometimento sensorial, três fatores são importantes: tempo da lesão, local da lesão e causa. Dependendo de quando e em que medida a lesão ocorre, ela tem mais ou menos influência em diferentes áreas de desenvolvimento, como aquisição de linguagem ou comportamento social (SOARES, 2011). Por conseguinte, salienta-se que a deficiência mental, por outro lado, não pode ser tão facilmente demarcada. É descrito por um desempenho abaixo da média da inteligência, déficits no comportamento adaptativo e sua ocorrência em um período de desenvolvimento. Portanto, percebe-se que alguém poderá ser considerado deficiente mental apenas quando se for possível detectar uma fraca competência social combinada com uma presente incapacidade cognitiva de inteligência. (PALUMBO, 2012). Importante destacar que estas abordagens de definição que se relacionam apenas aos valores de QI são, portanto, ignoradas. Também é evitada a estigmatização de pessoas que, por suas habilidades adaptativas sociais e práticas, podem levar uma vida auto responsável, apesar dos déficits intelectuais. (SANTOS, 2007).

As causas dessa incapacidade são muito diferentes e podem ocorrer pré, peri ou pós-natal. Além disso, várias manifestações ocorrem, como retardo mental leve, trissomia 21 ou múltiplas deficiências graves, visto que existem distintas síndromes clínicas e causas de deficiência mental que apesar de sua importância, não serão abordadas pelo presente trabalho. Observa-se que os processos psíquicos que levam às deficiências mentais se manifestam como neuroses, psicoses, distúrbios

comportamentais etc., e são contados como deficiências mentais. (SILVA, 2004). As causas estão principalmente no passado. Exemplos incluem negligência, maus-tratos ou experiências traumáticas no desenvolvimento (REGIS, 2009). O termo (in)capacidade física inclui em si a compreensão da existência de comprometimentos funcionais do sistema musculoesquelético, do sistema nervoso central e periférico e dos órgãos internos. Estes podem ter efeitos muito diferentes no comportamento do movimento. A imagem típica de uma pessoa com deficiência física não pode ser subsumida as pessoas cadeirantes, visto que as deficiências físicas também incluem as doenças do coração, dos rins entre outras fisiológicas. As manifestações e causas mais importantes de dano físico são distinguidas de acordo com as estruturas corporais afetadas (GREGUOL, 2010).

De acordo com a Pesquisa Nacional em Saúde (PNS)⁸ - Panorama Nacional e Internacional da Produção de Indicadores Sociais das Pessoas com Deficiência (física, auditiva, visual e intelectual) - realizada pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE)⁹ e divulgada no terceiro volume em 21 de agosto de 2015 constata-se que “6, 2% da população têm algum tipo de deficiência”. No que concerne a estes números, a PNS/ 2015 destaca que a deficiência visual é a que mais se destaca, atingindo cerca de “3,6 % dos brasileiros, sendo mais comum entre as pessoas com mais de 60 anos (11,5%)” (IBGE, 2015, ONLINE), vale destacar que 16 % do número de brasileiros com deficiência visual, sentem-se prejudicados de ir à escola, praticar esporte ou atividades de lazer. Some-se a isto o fato que 1,3 % dos entrevistados tem algum tipo de deficiência física e apenas 18,4 % deste número buscam serviços de reabilitação para recuperarem os movimentos; outro ponto a se avaliar na PNS/2015 é que 0,8% da população brasileira possui algum tipo de deficiência intelectual, nascimento ou adquirida, onde “mais da metade (54%) tem grau intenso ou muito intenso de limitação e cerca de 30% frequentam algum serviço de reabilitação em saúde” (IBGE, 2015, ONLINE).

Importante destacar que, segundo destaca a Agência Brasil de Direitos Humanos, apenas 1% dos entrevistados com algum tipo de deficiência está no mercado de trabalho¹⁰. Corroborando com esta perspectiva, o censo de 2010 do IBGE já apontava que cerca de 45 milhões de pessoas foram reconhecidas com algum tipo de incapacidades pelos escritórios de assistência social. Isso correspondia a uma parcela de 24% do universo da população total. Como esperado, a distribuição etária mostra que apesar da importância e da obrigatoriedade de distintas legislações inclusivas para inserção de pessoas no “mercado de trabalho formal, apenas 403.255 estão empregados, o que corresponde a menos de 1% das 45 milhões de pessoas com deficiência no país” (IBGE, 2010, ONLINE).

⁸ <http://www.saude.gov.br/vigilancia-em-saude/indicadores-de-saude/pesquisa-nacional-de-saude-pns>

⁹ https://www.ibge.gov.br/home/estatistica/populacao/pns/2013_vol3/default.shtm

¹⁰ <http://agenciabrasil.ebc.com.br/direitos-humanos/noticia/2017-08/apenas-1-dos-brasileiros-com-deficiencia-esta-no-mercado-de>

Educação Integrativa e Adaptada – Propostas nas Ações de Educação Física

Etimologicamente, o termo integração vem do latim: número inteiro. No dicionário de Língua Portuguesa, refere-se às partes principais e, portanto, significa tanto quanto intocado, intocado. O verbo *integrare* significa restaurar e o substantivo *integratio* significa renovação. Na maioria dos dicionários, como no Dicionário Online de Português, a integração é declarada como a restauração ou unificação de um todo ou a inclusão em um todo maior (DICIO, ONLINE, 2019, s/p.). Dentre desta perspectiva, percebe-se para este estudo a integração como a conclusão de um todo incompleto, visto que a inclusão e a incorporação de algo se faz “por e para algo” direcionado a um todo e/ ou parte deste que perceberá através da integração a sua real existência. (MELO, 2005). Assim, corroborando com Miguel Ifadireó *et. al.* ao acrescentar que o estranhamento e a negação do Outro diante de uma aparente diferença – física, intelectual, estética, cultural e religiosa) não deve ser um empecilho que justifique o comportamento indesejado e excludente, hábil para refutar competências e negar a lutar cotidiana por realizações pessoais que podem ser úteis para fornecer a estes indivíduos a certeza de suas prestações e importâncias para a sociedade. Logo, não se pode permitir que a diferença de uns indivíduos em sociedade, seja motivo para que estes sejam transformados em estranhos, em abjetos ou em os Outros. (IFADIREO *et. al.*, 2019).

Então isso significaria para a nossa sociedade a questão da deficiência é ainda um fenômeno complexo, visto que os estudos sobre a temática ainda não se encontram finalizados, pelo contrário, ainda existe muito a ser explorado, analisado e ressignificado. Fato este que permite-nos assegurar que a questão da deficiência, mesmo tomando visibilidade e efetividade nas últimas décadas do século XX foi levada a cabo por distintas legislações nacionais e internacionais, a saber: a) Art. 3º, IV e art. 5º (Direitos Fundamentais); art. 7º. XXXI (Direitos Sociais); art. 23 e 24 (Organização do Estado) entre outros artigos da Constituição Federal que tratam dos direitos e das garantias às pessoas com deficiência; b) Lei de Diretrizes e Bases da Educação de nº. 9.394/96¹¹; c) Decreto nº. 3.298/ 99 que estabelece a Política Nacional para a Integração da Pessoa com Deficiência; d) Decreto nº. 5.296/ 2004 que se propõe a regulamentar as Leis de nº 10.048/ 2000 (prioridade de atendimento às pessoas que especifica) e a de nº 10.098 / 2000 (estabelece normas gerais e critérios básicos para a promoção da acessibilidade das pessoas portadoras de deficiência ou com mobilidade reduzida); e) Declaração de Montreal sobre a Deficiência Intelectual de 06 de outubro de 2004; f) Protocolo Facultativo da Convenção da ONU sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência de 30 de maio de 2007; g) a Convenção sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência de 30 de dezembro de 2008 entre outros documentos normativos da esfera internacional. (PALUMBO, 2012; GURGEL, 2009; BRASIL,

¹¹ Em seus artigos 58 e seguintes traz a rubrica do direito à educação especial às pessoas com deficiência.

2005). Para efeitos de compreensão jurídica, o Decreto de nº. 3298/ 99 em seu artigo 3º estabelece os seguintes conceitos:

I – deficiência – toda perda ou anormalidade de uma estrutura ou função psicológica, fisiológica ou anatômica que gere incapacidade para o desempenho de atividade, dentro do padrão considerado normal para o ser humano;

II – deficiência permanente – que ocorreu ou se estabilizou durante um período de tempo suficiente para não permitir recuperação ou ter probabilidade de que se altere, apesar de novos tratamentos; e

III – incapacidade – uma redução efetiva e acentuada da capacidade de integração social, com necessidade de equipamentos, adaptações, meios ou recursos especiais para que a pessoa portadora de deficiência possa receber ou transmitir informações necessárias ao seu bem-estar pessoal e ao desempenho de função ou atividade a ser exercida. (DECRETO 3.298/99, ONLINE, s/p.).

A este respeito estudos prévios que buscam analisar os discursos da política nacional da pessoa com deficiência e suas práticas em prol da integração, adaptação e interculturalidade de inserção na escola e na socialização através do lazer e do desporto - como os estudos realizados por Tamires Borges (2016), Rita Silva *et al* (2008), Rosilene Moraes Diehl (2006), Catarina Marazini (2006) e Seli Flesch (2003) entre outros estudos – apontam que além da ausência de políticas públicas específicas, estes indivíduos são cotidianamente confrontados com o despreparo do sistema escolar de ensino, bem como com as organizações sociais de lazer, onde poucas instituições estão preparadas para lidar com a temática. Neste cenário é importante destacar que o conceito de integração, no presente estudo, é percebido como um conceito biológico, sociológico, psicológico, político, econômico, jurídico, matemático e pedagógico e, conseqüentemente, é encontrado nos mais diversos contextos, bem como nestes mesmos contextos é tornado invisível por tratar-se de um tema político e controverso (RUFINO; DARIDO, 2011).

Principalmente, na esfera da educação e nas ciências humanas e interdisciplinares à educação, tomando por exemplo, o curso de Educação Física (bacharelado e licenciatura), verificam-se muitas críticas aos currículos universitários e às práticas educativas dirigidas à educação inclusiva e/ ou à educação adaptada por parte dos docentes universitários e, respectivamente dos discentes (concludentes) por estes formados (RODRIGUES, 2000, p. 45):

[...] a incapacidade total de os educadores trabalharem tomando a realidade concreta dos alunos e a realidade social em que a escola está inserida como pontos de partida que fundamentam a ação pedagógica.

Corroborando com esta análise crítica, recorre-se a *Cristovam Buarque* (1986), principalmente, quando o autor assevera que a questão foi abandonada por muitas instituições de ensino superior, que não perceberam a necessidade de estas saírem de suas zonas de conforto, na

produção de novas formas de conhecimento mais interdisciplinares e inclusivas. (LISBOA *et. al.*, 2018). Fato que vem sendo um dos objetivos do presente trabalho, quando este tenta fugir do engessamento limitativo do tema às ciências sociais e/ ou ao campo pedagógico (especial), levando também estas reflexões para as ciências da saúde e biológicas, como a Educação Física e a emergência da problematização a respeito da Educação Adaptada e, respectivamente, a Educação Física Adaptada (Inclusiva). Reconhecendo a necessidade de se quebrar paradigmas dentro e fora do universo acadêmico, pleiteia-se aqui, a emergência e o espraiamento de uma nova mentalidade e prática educativa, visto que “[...] há um profundo distanciamento entre a teoria e a prática educativa nos cursos de Educação Física”, principalmente porque o currículo e as práticas pedagógicas de ensino permanecem “fortemente atreladas ao desenvolvimento das habilidades motoras, na aptidão física e na prática do esporte-rendimento, fato inquietante tanto para o autor, quanto entre alguns profissionais da área, inclusive a nossa” (LIMA, 2005, p. 2).

Por conseguinte, Jose Geraldo Bueno (2004) distingue entre uma forma indireta e direta de integração. A forma indireta visa alcançar a integração social das pessoas com deficiência através do esporte, tornando-as aptas para inclusão por meio de educação especial e separada. Corroborando com esta perspectiva, Jose Antonio Vianna e Hugo Lovisolo afirmam categoricamente que:

“[...] a utilização dos esportes como instrumento de inclusão encontra-se disseminada em setores do meio acadêmico, em particular nos cursos de formação em educação física, com a difusão da ideia de que o esporte é um mal em si, sendo impossível a sua utilização para a autonomia dos membros das camadas populares. Mais ainda, o esporte por “essência” seria excludente por selecionar os melhores” (VIANNA, LOVISOLO, 2011, p. 287).

A forma direta de integração através da formação escolar e da formação através de práticas esportivas está diretamente relacionada a discursos político-ideológicos presentes nas políticas públicas de inserção, inclusão e educação adaptativa, esbarra em evidentes processos de ensino e de aprendizagem, seja no trabalho, no lazer ou no cotidiano da vida e na vida, não apenas como um objetivo, mas também como um caminho. (VIANNA, LOVISOLO, 2011). Os autores, também, descrevem a inclusão social como um processo e uma meta que busca reunir pessoas em grupos e instituições sociais, muito embora a temática da inclusão e da integração social, não apareça de forma explícita, o que não significa que não devamos avaliar a ocorrência de situações excludentes nas tradicionais políticas públicas de educação através do esporte, as quais ainda tem grande dificuldade de aceitar e apoiar a questão da deficiência e os atletas ou esportistas deficientes. Segundo Miguel Ifadireo *et. al.* (2019), ao tecer considerações sobre a educação intercultural como instrumento de contraposição a ações e práticas de estranhamento em relação ao Outro, acrescentam ser de fundamental importância a implementação de ações afirmativas através de políticas públicas inclusivas

de diversidade com foco na integração de grupos vulneráveis como um processo de fluxo contínuo e de longo prazo.

Assim, compreende-se que para os autores, a integração só ocorrerá através da educação. Ademais os autores apontam que estes são processos interativos de aproximação de ambos os lados. Portanto, é necessário perceber que a integração social nada mais é do que o envolvimento de todos e não apenas de um indivíduo ou de um grupo de indivíduos vitimizados pela sua diferença pela sociedade, mas que devem ser objeto de estratégias políticas para a sua adaptação e inclusão em todas as esferas público-privadas da vida em sociedade, dentro ou fora de seu ambiente social. De modo que, é dever de cada cidadão estar focado em estratégias como estas absorvendo estas metas em prol de uma vida digna e como meta de desempenho para uma integração individual e pessoal de cada membro em sociedade, independentemente de sua deficiência ou do motivo que o torna “aos olhos da maioria” diferente. Esse termo psicodinâmico abrange a integração interior, a aceitação de todas as fraquezas e peculiaridades do corpo e da mente, bem como a unicidade consigo mesmo. No entanto, a integração social e pessoal não pode ser separada porque são mutuamente dependentes. Alguém é socialmente integrado desde que se sinta em seu equilíbrio interior e se contente com sua situação de vida. Por outro lado, o escopo e as oportunidades no processo de integração social crescem a cada aumento da segurança interna e a aceitação positiva de si mesmo, em se tratando de cenários recheados por sutis nuances de violência e abjeção em relação ao Outro, diante de sua diferença (IFADIREÓ *et. al.*, 2019).

Desenvolvimento Motor

O desenvolvimento motor diferente de pessoas com e sem deficiência é a maior característica do esporte comum. Já em grupos homogêneos existem diferenças no desempenho de participantes individuais, por exemplo, em equilíbrio ou agilidade. As experiências de campo, bem como os estudos prévios, no entanto, demonstram que todos os participantes trazem habilidades cognitivas e motoras semelhantes, facilitando assim, o planejamento da aula de esportes e o tratamento das diferenças. De modo que, as práticas enquanto profissional de educação física no laboro com crianças, adolescentes e adultos com algum tipo de deficiência levam a certeza de que o profissional de educação física e/ ou o professor escolar ou universitário não precisa se exaurir no planejamento das práticas pedagógicas de ensino de forma tão diferenciada, visto que, por exemplo, tanto os alunos (praticantes) sem deficiência - de alguma atividade física de lazer (desporto) aquático -, quanto os com deficiência mental e cadeirantes formam um grupo que com habilidade e competência do profissional, conseguem

minimizar essas diferenças, gerando assim, o oferecimento de oportunidades de inclusão e inserção social.

O dia a dia levam-nos a assegurar que os mais fragilizados, dependendo do grau de deficiência, podem aprender com os outros, aumentando assim, a suas habilidades e probabilidades de desenvolverem suas competências motoras e cognitivas. Por fim, cabe-se salientar que não será pela diferenciação e modelagem da rotulação com foco na incapacidade de pessoas deficientes que será possível promover uma política nacional de integração da pessoa com deficiência. Neste contexto, percebe-se que é emergencial a promoção – por parte dos órgãos, instituições de ensino (fundamental, médio e superior) e entidades de lazer e desporto que estejam preparadas e para a prestação e efetivação do exercício básico de cidadania – seja através de uma educação intercultural, inclusiva e adaptada, seja através de práticas esportivas capazes de promover o bem-estar pessoal, social e econômico da pessoa com deficiência, tendo em vista que a atividade esportiva, é um excelente instrumento para a realização do desenvolvimento motor e intelectual de cada participante.

As habilidades coordenativas e condicionais juntas formam as habilidades motoras e se condicionam. O aspecto qualitativo das habilidades motoras é determinado pelas habilidades coordenativas. Eles dependem do processamento de informações, controle de movimento e controle de movimento. Por outro lado, as habilidades condicionais caracterizam o aspecto quantitativo e são influenciadas por processos de fornecimento e transferência de energia (GREGUOL, 2010). O desenvolvimento motor é, portanto, uma construção complexa e ocorre através da ação ativa do indivíduo em uma interação pessoa-ambiente. Isso resulta em correlações entre os processos de adaptação do indivíduo ao seu ambiente, bem como a influência do indivíduo em seu ambiente. Elas trazem progresso na integração pessoal e social e, portanto, são de grande importância para os conceitos integrativos. Segundo Marcia Greguol:

Quanto ao aspecto cognitivo, indivíduos com deficiência intelectual não conseguirão, ao longo do seu processo de desenvolvimento, atingir os níveis mais avançados de cognição, sobretudo no que se refere à aquisição da capacidade de raciocínio lógico-abstrata. [...] a capacidade real de aprendizagem é algo difícil de ser mensurado. Entretanto, observa-se que com alunos com deficiência intelectual, além de exemplos concretos, são beneficiados por meio de estratégias de sistematização do ensino e com o uso extensivo de demonstrações por parte do professor. (2010, p. 48)

Dentro deste contexto, a autora aponta ainda que o desenvolvimento motor, assim como o movimento, é um meio fundamental para que o profissional de educação física - nas aulas de natação (esportes aquáticos) – possa experimentar as emoções, o entendimento cognitivo, conseguindo assim, classificar o indivíduo na comunidade desportiva, o que levará ao surgimento de insights que o auxiliaram ao interação destes com o meio, com a escola e com a família. Por outro lado, Marcia

Greguol ressalta que “[...] no âmbito do desenvolvimento motor, cabe lembrar que a deficiência intelectual pode vir acompanhada de outras condições estruturais, tais como hipotonia, obesidade, espasticidade, entre outras” (IBID., p. 48). Fato a ser considerado, o profissional de educação física no âmbito de sua especialidade desportiva deve estar atento e capacitado para perceber que os distúrbios no campo do desenvolvimento motor têm efeitos exorbitantes no desenvolvimento da personalidade e, portanto, também na integração pessoal:

Dessa forma o professor deve ter conhecimento das reais causas da deficiência, bem como se esta é ou não fruto de alguma síndrome ou deficiência múltipla. [...] pessoas com deficiência intelectual, especialmente nos casos mais severos, apresentarão distúrbios no desenvolvimento motor, sobretudo nas capacidades motoras coordenativas, tais como agilidade, equilíbrio, tempo de reação, ritmo, controle de força e timing”. (IBID., P. 48).

Assim, a autora finaliza sua análise postulando que as deficiências potenciais podem afetar a saúde de uma pessoa de maneiras que afetam o desenvolvimento de diferentes áreas, como habilidades sociais ou funções de órgãos. Isso geralmente leva ao isolamento social sem intervenção. O esporte integrativo, no qual, além da coexistência, se concentra no apoio individual, pode influenciar positivamente o desenvolvimento motor e neutralizar a exclusão.

Conclusão

Este artigo objetivou promover a ressignificação de estratégias nas práticas pedagógicas do profissional de educação física no trabalho com crianças e adolescentes com deficiência através de esportes aquáticos integrativos (natação e hidroginástica). Assim, fez uso de diferentes metodologias de investigação social aplicadas à educação e ao ensino em sala de aula e/ ou em atividades e lugares de lazer ou associações desportivas, a saber: revisão de literatura, análise documental e análise de discurso. Recursos epistemológicos estes que nos permitiram chegar aos seguintes achados:

Primeiramente, torna-se salutar afirmar que o tema ainda não se foi esgotado por completo, pois, o mesmo ainda é carente de discussões e abordagens metodológicas interdisciplinares, aos quais permitirão que novas descobertas sejam encontradas com intuito quebrar velhos paradigmas, principalmente com foco nas metodologias ativas de ensino desportivo;

Em segundo lugar, a presente análise nos permite asseverar que a sociedade brasileira e, em específico, a cearense em sua totalidade, ainda não conseguiu perceber o quão positivo é viver em um mundo da diversidade de pessoas e das diferenças, visto que muitas dessas pessoas vivem excluídas e

marginalizadas, em virtude de suas ou de alguma(s) deficiência(s). Fato este que está interinamente interligada com o não cumprimento da estética da “normalidade” preposto pela indústria da estética e sua cultura de massa;

Por conseguinte, se foi possível observar que os termos “integração”, “inclusão” e até “infusão” de indivíduos no contexto do esporte são usados para pessoas com deficiência. Quando se observou que o termo “esportes para a integração”, no entanto, não consegue atingir o sentimento coletivo de inclusão e de adaptação daqueles indivíduos com deficiência. Assim, acentua-se que o termo atividade física adaptada seria o mais propício para o diálogo entre os pares, uma vez que este permitiria ao profissional de educação física: a) avaliar e adaptar os sistemas e as realidades de cada aluno em específico; b) facilitar a compreensão das mudanças sociais necessárias para a promoção da igualdade de acesso, de integração e/ ou de inclusão, do bem-estar ao longo da vida e ao sucesso da busca do movimento que só será possível pela capacitação e pela auto atualização dos profissionais de educação física envolvidos no processo de interação social com foco na adaptação pelo exercício físico.

Quarto, constatou-se que termo “portador de deficiência” foi excluído pelo termo “pessoa com deficiência”, uma vez que o primeiro fazia referencia a deficiência como algo que se pudesse ter escolha, portar, levar consigo. Pois, o homem deve ser aceito com suas peculiaridades individuais. Logo, a ideia de “ser portador alguma deficiência” fazia, por ambivalência, alusão a algum recurso - como objeto, cor do cabelo, carro etc. – e não aos requisitos pessoais nascidos com o indivíduo ou adquirido ao longo da vida.
como indivíduo.

Em quinto lugar, o penúltimo achado nos permite asseverar que o termo genérico “Atividade Física Adaptada” abrangeria o esporte com todos os grupos especiais, entre estes há de se inserir, as com pessoas com deficiência, doenças crônicas e outras restrições. Assim, compreende-se que este termo se refere não apenas ao sistema escolar, mas também ao setor de lazer e, em particular, ao tema da integração através do desporto.

Sexto, destaca-se que o termo “esporte de integração” conforme se foi bastante utilizado nas últimas duas décadas do século XX, por mais que tentasse ser um termo “politicamente correto”, não conseguiu alcançar a meta crítica desejada, que era a inclusão de jovens esportistas das comunidades mais carentes em alguns esportes elitistas. Importante destacar, nesta análise valorativa, que o termo “esporte de integração” conforme utilizado pelas políticas públicas brasileiras não focava a real inserção de pessoas com deficiência como estratégia primordial, mas como algo secundário que precisava ser demonstrado como se de fato existisse. Entretanto, ao observar a história do esporte adaptado no Brasil em 1958, constata-se que esta ainda é uma realidade muito longe de alcançar as

suas metas, visto que esta se esbarra pela ausência de profissionais capacitados para o exercício profissional.

Por fim, esperamos que a investigação e a problematização do tema não se exaurir aqui, visto que o presente estudo demonstrou que a temática é de suma importância e relevância social. Exatamente, por isso, se tornará objeto de pesquisa para o Mestrado Profissional em Ensino em Saúde da Unileão. Pois, é necessário a consciência que muitas crianças, adolescentes, adultos e idosos com deficiência permanecem invisíveis em muitas esferas da sociedade. Por conseguinte, esperamos que este estudo possa despertar no leitor “*insights*” para futuras intervenções e investigações hábeis para reconhecerem às necessidades pessoais, individuais e coletivas de que se é necessário continuar o desenvolvimento de pesquisas sobre a qualidade de vida de pessoa com deficiência na busca pelo movimento e vida com mais dignidade.

Referências

ALEXY, Robert. **Teoria dos Direitos Fundamentais**. Tradução de Virgílio Afonso da Silva. São Paulo: Malheiros, 2008.

ARAÚJO, Luiz Alberto David. Defesa dos Direitos das Pessoas Portadoras de Deficiência. São Paulo: **Revista dos Tribunais**, 2006, p. 295 - 310.

BAHIA, A. L. Ferreira. **Aprendizagem da natação por crianças cegas**. Dissertação (Mestrado) – Faculdade de Educação da Universidade Federal da Bahia UFBA, Salvador, 2007.

BAUMEL, Roseli Cecília Rocha de Carvalho. **Habilidades dos professores da deficiência visual**. Tese (Doutorado). Faculdade de Educação, Universidade de São Paulo, 1999.

BECCI, Anne Cristine; LIMA, Sonia Maria Toyoshima. A ludicidade na natação para crianças com deficiência física. **Anais** do IV Congresso Brasileiro Multidisciplinar de Educação Especial. Londrina, 29 a 31 de outubro de 2007

BOGDAN, Robert. C.; BIKLEN, Sari Knopp. **Investigação Qualitativa em educação**: uma introdução à teoria e aos métodos. Tradutores: Maria João Alvarez, Sara Bahia dos Santos e Telmo Mourinho Baptista. Porto - Portugal: Porto Editora, 1994.

BORGES, Tamires Coimbra Bastos. **Deficiência Visual**: dificuldades e estratégias do professor no processo de inclusão escolar no ensino médio. 2016. Dissertação (Mestrado em Educação). São Luís: Universidade Federal do Maranhão, 2016.

BRASIL, **Decreto nº 5.296, de 2 de dezembro 2004**. Regulamenta as Leis n. 10.048, de 8 de novembro de 2000, que dita prioridade de atendimento das pessoas que especifica, e 10.098, de 19 de dezembro de 2000, que estabelece normas gerais e critérios básicos para a promoção da acessibilidade das pessoas portadoras de deficiência ou com mobilidade reduzida, e dá outras providências. 2004.

_____. Ministério da Educação e do Desporto, Secretaria de Educação Especial. **Subsídios para formulação da política nacional de educação especial**. Brasília, 1993.

_____. Ministério da Educação. **Lei nº 9.394, de 20 dezembro de 1996**. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Diário Oficial da União, Brasília, 23 dez. 1996.

_____. **Coordenadoria Nacional para Integração da Pessoa Portadora de Deficiência**. Acessibilidade – Brasília: Secretaria Especial dos Direitos Humanos, 2005.

_____. **Decreto Nº 3.956**, promulga a Convenção Interamericana para a Eliminação de Todas as Formas de Discriminação contra as Pessoas Portadoras de Deficiência – de 08 de outubro de 2001. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/2001/D3956.htm. Acesso em: 25 set. 2019.

_____. **Decreto nº. 3.298** dispõe sobre a Política Nacional para a Integração da Pessoa Portadora de Deficiência de 20 dez. de 1999. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/D3298.htm. Acesso em: 25 set. 2019.

_____. **Decreto nº. 3.298** dispõe sobre a Política Nacional para a Integração da Pessoa Portadora de Deficiência de 20 dez. de 1999. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/D3298.htm . Acesso em: 25 set. 2019.

BUARQUE, *Cristovam*. **Uma ideia de universidade**. Brasília: Universidade de Brasília, 1986.

BUENO, Jose Geraldo Silveira. Educação especial brasileira: integração/segregação do aluno diferente. 2ª. ed. São Paulo: Editora da PUC/SP – EDUC, 2004.

BURKHARDT, Roberto; ESCOBAR, Michele Ortega. **Natação para portadores de deficiência**. Rio de Janeiro: Ao Livro Técnico, 1985.

CARLAN, Paulo; KUNZ, Elenor; FENSTERSEIFER, Paulo Evaldo O esporte como conteúdo da Educação Física escolar: estudo de caso de uma prática pedagógica "inovadora". **Movimento**, vol. 18, núm. 4, outubro-diciembre, 2012, pp. 55-75. Escola de Educação Física Rio Grande do Sul, Brasil.

CHICON, José Francisco; RODRIGUES, Graciele Massoli (Org.). **Educação Física e os Desafios da Inclusão**. Vitória, ES: EDUFES, 2013.

CIDADE, Ruth Eugênia Amarante; FREITAS, Patrícia Silvestre de. **Introdução à educação física e ao esporte para pessoas portadoras de deficiência**. Curitiba: UFPR, 2002.

DICIO, Dicionário Online de Português. Porto: 7Graus, 2019. Disponível em: <https://www.dicio.com.br/indole/>.

DIEHL, Rosilene Moraes. **Jogando com as Diferenças**: jogos para crianças e jovens com deficiência. São Paulo- SP. Phorte, 2006.

DURAN, Maurício. **Aprendendo a nadar em ludicidade**. São Paulo: Phorte, 2005.

FARIAS, N.; BUCHALLA, C.M. A Classificação Internacional de Funcionalidade, Incapacidade e Saúde. **Rev Bras Epidemiol**. 2005; 8(2): 187-93.

FLESCHE, Seli. **A inclusão do portador de deficiência visual no sistema de ensino regular**: desafios e perspectivas. Santa Cruz do Sul: Edunisc, 2003.

GREGUOL, Márcia. **Natação adaptada**: em busca do movimento com autonomia. 1. Ed. Barueri: Manole, 2010.

GURGEL, Henrique. **Manual dos Direitos da Pessoa com Deficiência do Ceará**. 1ª ed. Fortaleza: Universidade de Fortaleza, 2009.

IBGE - Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. Pesquisa Nacional de Saúde 2014. [Internet]. Rio de Janeiro: IBGE; 2015. [citado 2015 mar 15]. Disponível em: <http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/populacao/pns/2015/>

_____. **Censo Demográfico 2010. Características gerais da população, religião e pessoas com deficiência**. Rio de Janeiro: IBGE, 2012.

_____. **Censo Demográfico 2010. Características da população e dos domicílios: resultados do universo**. Rio de Janeiro: IBGE, 2011.

IFADIREÓ, Miguel Melo; SOUZA, Taís Oliveira de; ALBUQUERQUE, Érika de Sá Marinho; SOUSA, Maria do Socorro Cordeiro de. Educação Intercultural e suas Ambivalências com o Estranho. Um Estudo Sobre a Representação Social do Negro no Livro Didático. **Id on Line Rev.Mult. Psic.**, 2019, vol.13, n.43, p. 1081-1104.

LIMA, Sonia Maria Toyoshima. **Educação Física Adaptada**: proposta de ação metodológica para formação universitária. Tese (Doutorado). Faculdade de Educação Física, Universidade Estadual de Campinas., Campinas/ SP, 2005.

LISBOA, Emanuel Jackson; IFADIREÓ, Miguel Melo; ALBUQUERQUE FILHO, José Antônio de; SOUSA, Maria do Socorro Cordeiro de. Educação Intercultural e Integração Social: Uma Proposta Pedagógica para a Docência no Sistema de Ensino da Cidade de Parnamirim/PE. **Id on Line Rev.Mult. Psic.**, 2018, vol.12, n.42, Supl. 1, p. 759-776.

MARAZINI, Catarina. **A criança portadora de deficiência visual e a alegria de aprender a nadar**. São Paulo: Livraria Santos, 2006.

MASCARENHAS, Fernando. Lazer e utopia: limites e possibilidades de ação política. **Movimento**, vol. 11, núm. 3, septiembre-diciembre, 2005, pp. 155-182 Escola de Educação Física Rio Grande do Sul, Brasil.

MELO, Miguel Ângelo Silva de. **Deutschsprachige Einwanderung im Rio Grande do Sul. Integration, Sprache und kulturelle Identität im Spannungsfeld von Politik und Schulwesen**. 2005. 156f. Dissertação (Mestrado em Ciências da Educação), Universität Hamburg, Hamburg, 2005.

MOSQUERA, Carlos. **Educação Física para deficientes visuais**. Rio de Janeiro: Sprint, 2000.

OLIVEIRA, Valdomiro de; PAES, Roberto Rodrigues. A pedagogia da iniciação esportiva: um estudo sobre o ensino dos jogos coletivos. **Revista Digital** - Buenos Aires - Año 10 - N° 71 - Abril de 2004.

OMS. Organização Mundial da Saúde, **CIF: Classificação Internacional de Funcionalidade, Incapacidade e Saúde** [Centro Colaborador da Organização Mundial da Saúde para a Família de Classificações Internacionais, org.; coordenação da tradução Cassia Maria Buchalla]. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo – EDUSP; 2003.

PALUMBO, Livia Pelli. A efetivação dos direitos das pessoas com deficiência pelos sistemas de proteção dos direitos humanos: sistema americano e europeu. **Revista Científica Eletrônica do Curso de Direito**, Ano I, n. 2, julho de 2012, pp. 33-51, São Paulo: Periódicos Semestral Revista da Faculdade de Ensino Superior e Formação Integral de Garça – FAEF.

RÉGIS, M. C. A. S. **Categorias Literárias, programas de áudio para o incentivo à leitura de deficientes visuais: um olhar transdisciplinar.** Tese (Doutorado) - Universidade de São Paulo, Faculdade de Educação, Programa de Pós-Graduação em Educação, São Paulo, 2009.

RODRIGUES, Neidson. **Por uma escola: o transitório e o permanente na educação.** São Paulo: Cortez, 2000.

ROSE JR., Dante De; NICOLAI-RÉ, Alessandro H. (Org.). **Esporte e atividade física na infância e na adolescência: uma abordagem multidisciplinar.** 2. ed. – Dados eletrônicos. – Porto Alegre: Artmed, 2009.

RUFINO, Luiz Gustavo Bonatto; DARIDO, Suraya Cristina. A produção científica em pedagogia do esporte: Análise de alguns periódicos nacionais. **Conexões: revista da Faculdade de Educação Física da UNICAMP, Campinas, v. 9, n. 2, p. 130-152, maio/ago. 2011.**

SANTOS, S. S. **Linguagem e Subjetividade do Cego na Escolaridade Inclusiva.** Tese (Doutorado) - Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Programa de Pós-Graduação em Educação, Porto Alegre, 2007.

SILVA, Rita de Fátima et al. **Educação física adaptada no Brasil: da história à inclusão educacional.** São Paulo: Phorte, 2008.

SILVA, L. G. D. S. **Inclusão: uma questão também de visão? Estratégias de ensino utilizadas com uma criança cega.** Tese (Doutorado) - Universidade Federal do Rio Grande de Norte, Programa de Pós-Graduação em Educação, Natal, 2004.

SOARES, A. C. S. **A inclusão de alunos com deficiência visual na Universidade Federal do Ceará: estudo sobre ingresso e permanência na ótica dos alunos, docentes e administradores.** 2011. Tese (Doutorado) – Universidade Federal do Ceará, Faculdade de Educação, Programa de Pós-graduação em Educação, Fortaleza, 2011.

VIANNA, Jose Antonio; LOVISOLO, Hugo Rodolfo. A inclusão social através do esporte: a percepção dos educadores. **Rev. bras. Educ. Fís. Esporte, São Paulo, v.25, n.2, p.285-96, abr./jun. 2011.**

WHO - World Health Organization. **International Classification of functioning, disability and health: ICF.** World Health Organization; 2005.



Como citar este artigo (Formato ABNT):

FERREIRA, Francisco Renato Silva; IFDIREÓ, Miguel Melo; TEIXEIRA, Marlene Menezes de Souza; BITU, Vanessa de Carvalho Nilo; PINHEIRO, Tássia Lobato. Estratégias no Trabalho com Crianças e Adolescentes com Deficiências Através de Esportes Aquáticos Integrativos. **Id on Line Rev.Mult. Psic.**, Outubro/2019, vol.13, n.47, p. 508-526. ISSN: 1981-1179.

Recebido: 30/09/2019;

Aceito: 07/10/2019.